



**INTERSECÇÕES ENTRE TRABALHO E GÊNERO:
A INSERÇÃO DE MULHERES NA OCUPAÇÃO DE FRENTISTA DE
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NA CIDADE DE PORTO
NACIONAL/TO**

Eder da Silva Cerqueira – UFT - Porto Nacional – Tocantins – Brasil
edersvp@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva discutir a apropriação do trabalho feminino pelo capitalismo na sociedade contemporânea com ênfase para a inserção de mulheres na ocupação de frentista de postos de combustíveis na cidade de Porto Nacional/TO. Discute as transformações no mundo do trabalho decorrentes da adoção do modelo de produção flexível e do neoliberalismo, processo caracterizado como reestruturação produtiva. Nesse sentido, reflete-se de que modo essa elevação progressiva de mulheres no mercado de trabalho poderia estar se configurando numa nova estratégia de enriquecimento do capital na contemporaneidade.

Palavras-chave: Trabalho, Capital, Reestruturação Produtiva, Gênero.

**INTERSECTIONS BETWEEN WORK AND GENDER:
THE INSERTION OF WOMEN IN THE OCCUPATION OF GAS STATION
ATTENDANTS IN THE CITY OF PORTO NACIONAL / TO**

ABSTRACT

This article aims to discuss the appropriation of female labor by capitalism in contemporary society with emphasis on the insertion of women in the occupation of gas station attendant in the city of Porto Nacional / TO. It discusses the transformations in the world of work resulting from the adoption of the flexible production model and neoliberalism, a process characterized as productive restructuring. In this sense, it is reflected how this progressive rise of women in the labor market could be configured in a new strategy of capital enrichment in contemporary times.

Keywords: Labor, Capital, Productive Restructuring, Gender

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX as estruturas políticas e econômicas, configuradas e implementadas a partir de uma escala planetária, se modificaram com uma velocidade e complexidade jamais vistas. É a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p. 25). Para esse autor, o termo mundialização do capital traduz a capacidade do capital de se transnacionalizar

A expressão ‘mundialização do capital’ é que corresponde mais exatamente à substância do termo em inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades e serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e condutas ‘globais’. (CHESNAIS, 1996, p. 26. Aspas do Autor).

O termo mundialização do capital expressa um novo momento no desenvolvimento do modo de organização produtiva capitalista. Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, “um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo”. (ALVES, 1999, p. 31).

Essa reorientação nas formas de reprodução das relações de produção capitalistas vai configurar o que Alves (2010), denomina de reestruturação produtiva “um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista aplicada à produção e à introdução de novas modalidades de gestão da produção” (ALVES, 2010, p. 25). O processo de reestruturação produtiva constitui uma das respostas da burguesia internacional às crises de acumulação do capital. Nesse cenário, as crises econômicas são vitais para reprodução do modo de produção capitalista, ou seja, são partes constituintes desse modo de organização produtiva. Essa postura é defendida por Marx (1984) para quem

Embora sejam muito diferentes e não coincidam entre si os períodos durante os quais se inverte capital, as crises, apesar disso, sempre constituem o ponto de partida para grandes e novas inversões de capital. Conseqüentemente, se encarmos a sociedade em conjunto, a crise gera em maior ou menor grau, uma nova base material para o ciclo seguinte de rotações. (MARX, 1984, p. 20)

Nesse prisma as crises econômicas trazem consigo o discurso de que a relação capital/ trabalho vigente não responde mais às exigências necessárias para a manutenção equilibrada dessa relação contraditória e que, portanto para se alcançar um novo equilíbrio são necessárias alterações que visem à construção de novo pacto social. Por regra essas

adequações nas estruturas sociais e legais cumprem o papel de tornar a incorporação das mudanças sócio-econômicas um processo perceptivelmente menos traumático, que vai se instalando aos poucos, apesar da violência e brutalidade que causam. Scoleso (2017) narra o papel desempenhado pelo neoliberalismo na tarefa de tornar os países mais propícios à incorporação da nova lógica de reprodução do capital. Para ela

O avanço da programática neoliberal em grande parte dos territórios do globo terrestre colaborou com a criação das condições necessárias para a formação de uma nova geopolítica da divisão internacional do trabalho e para a construção de uma hegemonia ideológica fundamental de expansão das fronteiras da financeirização. (SCOLESO, 2017, p. 222)

No afã de estabelecer uma nova forma de relação capital/ trabalho condizente com as exigências de reprodução do capital algumas palavras ganham lugar de destaque no discurso hegemônico, dentre elas destaca-se flexibilização. Nesta direção, a flexibilização possibilita uma rediscussão dos contratos de trabalho, para além das regras “rígidas”. O discurso da flexibilização das regras de trabalho é alardeado como solução única para que os interesses do empregador e do trabalhador sejam preservados. Dessa forma encontrar-se-ia um meio de manter contratos de trabalho sem onerar o empregador e, com isso, fazer-se respeitar o princípio da proteção ao emprego, da mesma maneira em que se possibilita a sobrevivência e perpetuação da atividade econômica defendida pelo princípio da preservação da empresa.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Na era contemporânea, o sistema produtivo e o mercado de trabalho são muito diferentes de épocas anteriores. Nessa alta modernidade, como denomina Giddens (1991), modernidade reflexiva, como diz Beck (1997), ou modernidade líquida, nos dizeres de Bauman (2001), há: uma flexibilidade e instabilidade do emprego; uma transformação do capitalismo que incorporou a tecnologia da informação e sofisticou a forma de ganhar capital; um crescimento acelerado do setor de serviços; um aumento das mulheres no mercado de trabalho; um aumento estrutural do desemprego, além do surgimento de novas formas de gestão industrial que superaram o fordismo. “Há uma desestruturação do mundo do trabalho” (ALVES, 2010, p. 26).

Essas transformações não se resumem a movimentos de reorganização dos meios de produção, maior adoção de tecnologias, flexibilização do processo de exploração da força de trabalho, redimensionamento territorial e locacional das plantas fabris e etc. Devemos entendê-las como parte de um processo de reestruturação produtiva que engloba toda a sociedade de forma a determinar mudanças no padrão de acumulação capitalista, com desdobramentos marcantes para a dinâmica espacial e territorial do trabalho.

É na relação capital/trabalho que percebemos a complexidade das atuais transformações produtivas que redimensiona a hegemonia que exerce o capital sobre o trabalho em vários níveis, tanto técnico quanto territorial. Há novas maneiras de exploração e utilização da força de trabalho na esfera da produção e da reprodução capitalista, com implicações intensas e de grande magnitude à subjetividade do trabalho, às suas formas de organização/representação, enfim ao movimento operário de modo geral.

Essa reestruturação produtiva implica uma reconfiguração espacial e territorial do trabalho, no qual a maior parcela da sociedade se encontra suscetível a danos gerados no interior dessas transformações. Essa suscetibilidade resulta do fato de que essa parcela da população tem como único meio de vida a venda da sua força de trabalho. (ALVES, 1999; ANTUNES, 1999; BRAGA, 1997). Esse rearranjo socioterritorial é reflexo da própria forma de organização de reprodução do capital, sob a égide da técnica. Segundo Moreira (2001),

Cada era do trabalho implica numa forma determinada de arrumação do espaço que o regula. A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo. (MOREIRA, 2001, p. 08).

As transformações geradas pelas técnicas, pelas políticas de gestão e controle do processo produtivo, apontam para mudanças não só o mundo do trabalho, mas em diversas esferas. As modificações no mercado de trabalho não se resumem a mudanças estruturais, vão além do próprio espaço de produção, chegando às esferas políticas e econômicas dos Estados.

Esses se redimensionam, contribuindo para um rearranjo amplo na esfera da organização da sociedade para produção, visto que a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, permitindo assim uma maior agilidade para os empregadores no momento do

contrato ou da dispensa, o que resultará em custos menores com encargos trabalhistas. A diminuição do número de trabalhadores empregados diretamente na produção, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho precarizado, são alguns sinais da desestruturação no mundo do trabalho Segundo Antunes (1999)

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. (...) Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 209).

Ao que tudo indica estaríamos muito próximo do fim da “sociedade de direitos¹”. O fim dessa perspectiva vem acompanhado da perda progressiva das conquistas salariais e direitos sociais, do crescimento das relações de trabalho ditas “atípicas” ou “não estandardizadas”, além de uma explosão da informalidade. A heterogeneidade do trabalho não alcança apenas aqueles que estão em situação de desemprego: novas situações de emprego entram em cena. Análises da OCDE apud Almeida (2003) indicam que uma parcela significativa daqueles ocupados em trabalhos atípicos, considera essa inserção no mercado de trabalho como uma “alternativa” ao desemprego.

O desemprego e a ocupação precária constituem-se em dois grandes problemas que afligem a sociedade global. Em termos de Brasil, a instauração do processo de reestruturação industrial e o de ajustes macroeconômicos nas décadas de 1970 e 1980, tem significado perdas irreparáveis para a classe trabalhadora. Como conseqüência do desemprego, observou-se a ampliação de novas formas de trabalho atípicas. Em geral, essas novas formas de ocupação caracterizam-se pela imprevisibilidade, à medida que sua oferta depende de comportamentos cotidianos do mercado, estando submetidas às necessidades de ajustamento das empresas face aos novos requisitos de competitividade e de flexibilidade dos mercados².

¹ Denominação dada à época da vigência do Welfare State, que tinha como principais características a garantia de direitos e garantias fundamentais, como por exemplo, a garantia ao pleno emprego.

² Num mundo de alta competitividade é convencional ter uma quantidade de empregados temporários, onde o nível de contratação esteja relacionado à demanda. Assim, numa época de grande demanda, há a contratação de número de trabalhadores suficientes para a produção visando a atender uma demanda específica. Com a retração da demanda, esse contingente de trabalhadores é reduzido à proporção da demanda anterior, de sorte

Entre as chamadas formas atípicas de trabalho destacam-se o trabalho em tempo parcial³ e o trabalho temporário⁴. Aquele possibilita o aumento da capacidade de adaptação dos mercados, visto que sua oferta está atrelada às variações sazonais da atividade econômica. Os trabalhadores desempenham suas atividades de acordo com as necessidades das empresas, tornando-se vulneráveis diante da constante possibilidade de demissão. Já este é utilizado para a satisfação de necessidade de mão-de-obra pontual, imprevista ou de curta duração.

Dessa forma o emprego está condicionado às flutuações de oferta e demanda, permitindo maior facilidade de adaptação dos efetivos da empresa frente às suas necessidades. Essas novas formas de relação capital/trabalho tem-se pautado por relações predatórias, prevalecendo a baixa remuneração do trabalho, instabilidade, vínculos informais, trabalho manual e tecnologia rudimentar. O que envolve níveis diferenciados de dependência da parte contratada perante a contratante.

Além de uma precarização do trabalho, com a inserção de novas atípicas de trabalho no universo das relações trabalhistas, temos observado um processo de intensificação do trabalho, com o aumento do “grau de energia despendido pelos trabalhadores para a realização de uma atividade concreta” (ROSSO, 2008, p. 20). Em tempos anteriores, aumentava-se de produtividade em decorrência de aumentos da demanda. Esses esforços, no entanto, eram concentrados em dias, semanas ou no máximo meses. Hoje a demanda por mais trabalho é permanente: o pico de produção é incessante. Além disso, observamos uma extensão do trabalho que passa a ocupar os horários do não-trabalho. Conforme cita Faria e Pires (2011):

Para produzir mais em menos tempo, trabalhadores são obrigados a desenvolver diversas atividades diferentes, com um esforço maior do ponto de vista intelectual e emocional e um envolvimento contínuo com suas tarefas, inclusive fora de seu local de trabalho (FARIA; PIRES, 2011, p. 11).

O envolvimento com as atividades laborais é intenso. As responsabilidades decorrentes do exercício do trabalho invadem os tempos de trabalho morto. Essa separação

que o nível de contratação esteja intimamente relacionado à demanda. O aumento de contratações, em épocas de festas tradicionais, como natal e dia das mães, por exemplo, é um caso típico de contratos temporários.

³ O trabalho a tempo parcial é aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

⁴ O trabalho a tempo parcial é aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão

entre trabalho vivo e trabalho morto, que propiciava o desenvolvimento de outras atividades nos horários de “folga”, praticamente desapareceu. O tempo destinado, às atividades de cunho sindical, por exemplo, estão cada vez mais se escasseando.

Com os novos sistemas tecnológicos e comunicacionais o tempo do trabalho invade os do não trabalho, afetando diretamente o bem-estar da maioria das pessoas. Nesse contexto, a flexibilidade e a polivalência são dois dos principais pontos que impulsionam a intensificação e fazem com que o trabalhador não consiga se descolar de suas atividades mesmo em seu tempo supostamente livre. (FARIA; PIRES, 2011, p. 12).

Outro elemento que tem contribuído para a intensificação do trabalho é o estabelecimento de metas, que atinge tanto trabalhadores com um alto grau de escolaridade como trabalhadores menos qualificados. Além da intensificação do trabalho, o estabelecimento de um regime de metas traz em seu bojo a individualização de responsabilidades pelo desempenho da empresa, por intermédio de mecanismos de aferição da produtividade individual. Esses mecanismos são potencializados por meio de punições ou premiações, mediante avaliações de desempenho individual⁵.

Esse conjunto de pressões implica rotinas que afetam a vida pessoal e as condições de saúde do trabalhador. O maior engajamento das pessoas com o trabalho tem como consequência o avanço das atividades laborais na sua esfera reprodutiva: não se tem tempo para pensar em outra coisa que não o trabalho. Aumentos no número de casos de problemas músculo-esqueléticos, cardiovasculares e de saúde mental são algumas das constatações que corroboram com as teses da intensificação do trabalho e suas consequências nefastas para as condições de saúde dos trabalhadores. O crescimento exponencial dos casos de LER⁶ é um exemplo clássico do surgimento de doenças relacionadas ao desempenho de atividades laborais de forma mais intensa.

A SEXUALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Nas últimas décadas do século passado e também no início desse século, um dado marcante no mercado de trabalho tem despertado a atenção de muitos pesquisadores: o

⁵ Um caso típico é a exposição de cartazes ou folders com imagens de funcionários de empresas acompanhadas dos dizeres “vendedor do ano”, ou funcionário “destaque do mês”. Essas práticas estimulam um clima de competitividade entre os trabalhadores, impulsionando-os a um comprometimento cada vez maior com o trabalho, sem que isso resulte necessariamente em aumento de remuneração e/ou melhorias nas condições de trabalho.

⁶ Lesão por Esforço Repetitivo.

aumento da participação de mulheres na denominada população economicamente ativa (PEA). Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de mulheres que trabalham atingiu a cifra de 1,2 bilhão em 2007, um aumento de quase 200 milhões em comparação com o decênio anterior. Esses dados corroboram com o observado por Souza-lobo (1991), acerca da crescente diversidade de sexos e cores da classe trabalhadora. Apesar do aumento no número de mulheres no mercado de trabalho existem variações de acordo com o setor comercial que analisamos, configurando o que Bruschini e Rosemberg (1982, p. 23), denominam "sexualização das ocupações".

Esse aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tem relação direta com as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Em a Era dos Extremos, Hobsbawm (1996), destaca a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho ao lado da expansão da educação superior – uma porta de acesso a profissões liberais e “um farol de emancipação feminina” nos países desenvolvidos. Para esse autor, tratou-se de uma mudança sensacional que afetou tanto a classe operária como a maioria de outros setores das sociedades.

Sob a égide do Estado de bem-estar social, as mulheres obtiveram diversas conquistas, em relação à maternidade, ao trabalho, à saúde, à educação, ao voto, configurando uma importante legislação social e também uma maior inserção na esfera cultural e política. O acesso à educação e à produção em massa impulsionou uma reconfiguração das relações familiares e, portanto, das relações entre os gêneros (D’ATRI, 2004) ou das relações entre os gêneros pelo ângulo das relações familiares. Este período também viu surgir a segunda grande onda feminista no mundo ocidental. Desencadeou-se um novo processo de lutas pela emancipação da mulher. Mais que nunca era preciso

lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como, por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada. (NOGUEIRA, 2004, p. 37).

O estágio de desenvolvimento do modo de (re) produção capitalista nos diferentes países, a intensidade de atuação do Estado de bem-estar social (em muitos países não se chegou a configurar esse modelo), bem como outras variáveis como desenvolvimento cultural, cultura religiosa e etc., vai determinar a agenda feminista em cada localidade. Enquanto nos denominados países centrais essa pauta priorizava a luta pelo controle do

próprio corpo, nos denominados países periféricos, a pauta tinha outra prioridade: a inserção das mulheres nas franjas de um imenso proletariado em processo de constituição. Além desse aumento considerável no número de mulheres na composição da população economicamente ativa (PEA), outro fator de destaque foi a inserção de mulheres em postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, o que pode estar configurando numa nova estratégia de enriquecimento do capital na contemporaneidade.

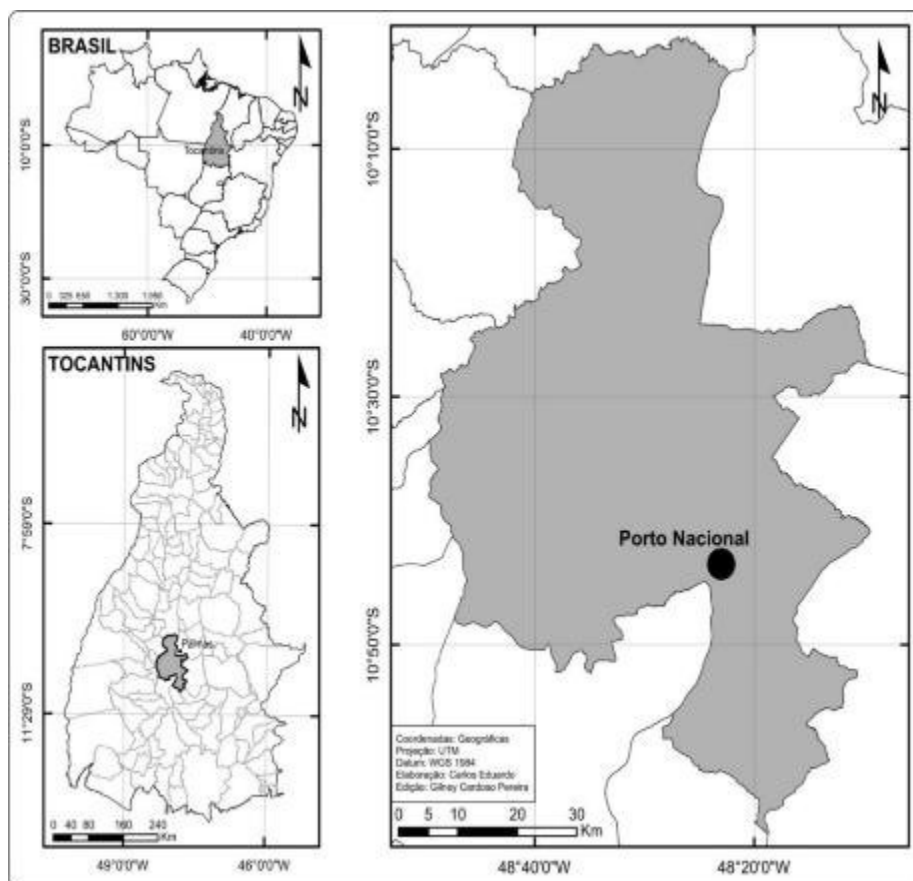
METODOLOGIA

Em relação à metodologia adotada na pesquisa, combinaram-se técnicas quantitativas e qualitativas contribuindo para análises das intersecções entre trabalho e gênero no universo de trabalhadoras em estudo. Combinaram-se dados secundários de instituições oficiais (IBGE, PNUD, MTE) com entrevistas semiestruturadas, visando identificar relações entre a fala das entrevistadas e OS dados oficiais.

A INSERÇÃO DE MULHERES NA OCUPAÇÃO DE FRENTISTA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NA CIDADE DE PORTO NACIONAL/TO

O município de Porto Nacional está localizado na microrregião de Porto Nacional e na mesorregião oriental do Tocantins, possuindo uma área total de 4478,52 km², conforme pode ser visualizado na figura 01.

Figura 01 - Localização do Município de Porto Nacional



Segundo o IBGE, em 1991 a população do Município de Porto Nacional era de 43.224 habitantes, passando para 44.991 no ano de 2000 e para 49.146 em 2010. Segundo estimativa do IBGE, no ano de 2017, a população era de 52.828 habitantes, o que corresponde a um incremento de 22,21 % no período de 1991 a 2017. Crescimento bem abaixo do registrado no Estado do Tocantins, que, no mesmo período, teve um incremento de 68,47 % em sua população, passando de 920.116 para 1.550.194, segundo estimativas do IBGE. Essa diferença no percentual de aumento da população das cidades citadas deve-se ao crescimento exponencial da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins, que no período de 1991 a 2000 teve um dos maiores aumentos populacionais registrados no Brasil, atraindo pessoas de diversas localidades do Brasil, inclusive de outras cidades do Estado, como Porto Nacional. Os dados sobre a evolução da população no Estado do Tocantins e no Município de Porto Nacional podem ser visualizados na Tabela 01.

Tabela 1 – População do Estado Tocantins e do Município de Porto Nacional – TO (1991-2017)

Unidade	1991	2000	2010	2017	Variação(%)
Tocantins	920.116	1.155, 913	1.383,445	1.550,194	68,47
Porto Nacional	43.224	44.991	49.146	52.828	22,21

Fonte: IBGE, 2013. Organizado pelo autor.

Já em relação à população urbana do Município de Porto Nacional, o crescimento foi ainda menor: 13,70, no período de 1991 a 2010, com o número de mulheres crescendo 14,16 %, frente a um crescimento de 13,29 % no número de homens, conforme dados da tabela 02.

Tabela 02. População urbana de Porto Nacional no período de 2000-2010 (por sexo)

Sexo	1991	2000	2010	Variação (%)
Homens	21.687	22.479	24.571	13,29
Mulheres	21.573	22.512	24.629	14,16
Total	43.224	44.991	49.146	13,70

Fonte: IBGE, 2013. Organizado pelo autor.

Esse crescimento da população feminina tem implicações diretas na dinâmica do mercado de trabalho. Isso implica, conforme já mencionado, um aumento no número de mulheres compondo a População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com o comunicado número 62 do IBGE, a participação de mulheres na PEA brasileira passou de 48,8% para 49,7% entre os anos de 2008 e 2009, enquanto a participação dos homens se manteve estável em 69,9%.

Essa mudança na composição da PEA possui forte relação com a crise internacional, pois os efeitos da crise para orçamento das famílias contribuiu para o aumento da procura de empregos formais pelas mulheres. Estas ingressam no mercado de trabalho com o intuito de complementar a renda familiar. Essa constatação é corroborada pela fala da entrevistada N° 01⁷ que relacionou a procura por inserção no mercado de trabalho à necessidade de complementação da renda familiar

⁷ Com intuito de preservar o anonimato das entrevistas na pesquisa, optou-se por representar as falas em forma de números.

Na cidade grande todo mundo tem que trabalhar. Aqui não tem nada de graça. Tudo tem que pagar: água, energia, telefone, gás... Se só meu marido trabalhar o dinheiro não dá para pagar todas as contas. Antigamente só o homem trabalhava, hoje em dia não é mais assim... Todo mundo tem que trabalhar (SILVA, 2019).

A necessidade da procura de trabalho por parte das mulheres possui também forte relação com a desigualdade social do nosso país. No município de Porto Nacional o fenômeno da desigualdade social também está presente de forma marcante. Apesar do número de famílias em pobreza extrema⁸ ter caído 29,26 % no período de 2000 a 2010, o número de famílias na condição de pobreza absoluta⁹ permaneceu praticamente inalterado no mesmo período, registrando uma queda de míseros 1,08 %.

Situação ainda mais alarmante foi verificada no número de famílias na situação de pobreza¹⁰, que no período de 2000 para 2010, aumentou 5,64 %. Essa dinâmica de distribuição de renda no decênio revela a lógica concentradora de distribuição da renda produzida no modo de produção capitalista. A tabela de número 03 revela as taxas de famílias em condição de pobreza extrema, pobreza absoluta e pobreza no Município de Porto Nacional no decênio 2000/2010.

Tabela 03. Taxa de famílias em condições de pobreza extrema, pobreza absoluta e pobreza do Município de Porto Nacional - 2000/2010

Situação das Famílias	2000	2010	Variação (%)
Total da Famílias	11.560	13.748	15,91
Pobreza Extrema	19,07	13,49	- 29,26
Pobreza Absoluta	40,11	39,74	- 1,08
Pobreza	67,21	71,23	5,64

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censos Demográficos 2000 e 2010

Essa imobilidade entre as diferentes classes sociais no Município de Porto Nacional contrasta com o bom desempenho da economia local. Entre os anos de 2008 e 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita praticamente triplicaram, levando o Município a ocupar a colocação de 4º melhor indicador no Estado, conforme demonstrado na tabela 04.

⁸ O IPEA define a condição de **pobreza extrema** quando o rendimento médio mensal per capita for de até um quarto do salário mínimo;

⁹ O IPEA define a condição de **pobreza absoluta** quando o rendimento médio mensal per capita for de até meio salário mínimo

¹⁰ O IPEA define a condição de **pobreza** quando o rendimento médio mensal per capita for até um salário mínimo.

Tabela 04. PIB e PIB per capita do Município de Porto Nacional (a preços correntes) e colocação do PIB no Estado - 2008/2014

Ano	PIB (R\$ 1000)	PIB per capita anual (R\$)	Posição em termos de Estado
2008	401.108,66	8.607,85	6
2009	448.790,88	9.605,56	6
2010	550.115,31	11.194,17	5
2011	699.644,73	14.144,24	5
2012	866.502,27	17.408,73	4
2013	923.420,68	17.930,15	4
2014	1.120.815,15	21.618,16	4

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O drama da desigualdade social atinge de maneira ainda mais marcante as mulheres, que se vêem obrigadas a inserirem-se no mercado de trabalho objetivando garantir o sustento de suas famílias, ao mesmo tempo em que permanecem responsáveis, única e exclusivamente, pelas tarefas domésticas, conforme pode ser observado no depoimento da entrevistada 02.

Passei 06 meses desempregada, só cuidando da casa e das crianças. Eu tenho um casal de filhos. Um rapaz de 04 anos e uma moça de 02 anos. No meio do ano passado, uma amiga ficou sabendo que ia abrir um posto de gasolina e me avisou. Fui lá e me contrataram. Lá é bom por que só trabalha de tarde, então dá para arrumar a casa, fazer comida e levar e buscar os meninos na escola. (AIRES, 2019)

Além da procura por ocupação imposta pela condição social da entrevistada destaca-se também em sua fala o uso da expressão “só cuidando da casa e das crianças”, que revela como no imaginário cultural brasileiro os serviços domésticos e de cuidados com os outros são subvalorizados. Esse depoimento revela uma articulação do processo de feminização com a dupla exploração da mulher, à medida que a “escolha” da ocupação de frentista de posto de combustível possibilitou a concretização do trabalho remunerado sem afetar a jornada diária com o trabalho doméstico, como pode se observar claramente na sentença "lá é bom por que só trabalha à tarde" o que certamente, concorre para a intensificação das desigualdades de gênero nas relações de trabalho.

Os dados da tabela 05 revelam dados acerca de ocupação da população com 18 anos ou mais no Município de Porto Nacional no interstício 2000-2010. Observou-se um aumento na taxa de atividade de 5,70%, com queda acentuada na taxa de desocupação de

caiu de 14,40% em 2000 e para 6,17% em 2010, queda de 57,15%. Mesmo diante da queda vertiginosa na taxa de desocupação, o grau de formalização cresceu apenas 7,49% no período. Essa constatação corrobora com as teses de Antunes (1999) e Alves (2010) sobre a precarização do mercado de trabalho sob o processo de reestruturação produtiva. De acordo com esses autores, o mercado de trabalho sob o processo de reestruturação produtiva tem como principais características o desemprego e a informalidade. Segue tabela com os dados sobre ocupação da população de Porto Nacional com 18 anos ou mais no período de 2000 a 2010.

Tabela 05- Ocupação da população do Município de Porto Nacional com 18 ou mais - 2000/2010

Taxas	2000	2010	Varição (%)
Taxa de Atividade	66,62	70,65	5,70
Taxa de desocupação	14,40	6,17	57,15
Grau de formalização	44,32	47,91	7,49

Fonte: MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

Em relação à evolução do saldo de empregos no Município de Porto Nacional no período de 2013 a 2015, observou-se uma tendência à estabilidade no saldo de vagas do setor industrial frente a um crescimento em outros setores, como destaque para a o setor de serviços, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 06. Evolução dos saldos de emprego formal por setor de atividade econômica 2013-2015

Setor	2013	2014	2015
Extração Mineral	6	- 4	- 3
Serviços industriais	-	- 1	6
Construção civil	- 281	160	- 37
Comércio	115	75	- 37
Serviços	- 61	171	29
Administração Pública	-	-	-
Agropecuária	182	34	62
Total	- 61	490	135

Fonte: MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

Esse fraco desempenho no setor industrial pode estar relacionado às mudanças na organização da produção provocadas pelo processo de reestruturação produtiva. A substituição do modelo de organização fordista pelo toyotismo afetou de forma marcante esse setor, cuja redução de postos de trabalho teve maior rebatimento sobre o trabalho masculino. Essa tendência de queda no número de vagas de trabalho nos setores primários e secundários em decorrência do processo de reestruturação produtiva é defendida por Dowbor (2001). Segundo o autor, com a reestruturação produtiva observa-se uma transferência das vagas dos setores primários e secundários da economia para o setor de serviços.

Os setores primários e secundários estão crescentemente dominados pela informatização e automatização, resultados da reestruturação produtiva que substituiu os trabalhadores por máquinas e equipamentos, ocasionando uma queda nos postos de trabalho. Acompanhando estas mudanças, o setor terciário absorveu nas últimas décadas grande número de trabalhadores. (DOWBOR, 2001. p. 32)

Essa hipótese é reforçada com os números da tabela 06, que mostra um extraordinário desempenho do setor de serviços no período de 2013 a 2015, passando de um saldo negativo de 66 (sessenta e seis) vagas geradas no ano de 2013 para um saldo positivo de 171 (cento e setenta e uma) vagas no ano de 2015, confirmando a hipótese de Dowbor (2001) de que no processo de reestruturação produtiva há uma tendência do fechamento de postos de trabalho nos setores primários e secundários e um aumento no número de vagas no setor de serviços.

A inserção de mulheres na ocupação de postos de combustíveis no Município de Porto Nacional pode ser resultado dessa transferência de vagas de trabalho nos setores industriais (primário e secundário), conforme defendido por Dowbor (2001). Nossa hipótese é que as mulheres que perderam seus postos de trabalho em outros setores da economia encontraram na ocupação de frentista de postos de combustíveis a oportunidade de ingressarem novamente no mercado de trabalho, conforme fala da entrevista abaixo:

Eu trabalhava numa loja de venda de roupas, comecei em Janeiro de 2013. No final de 2014, houve uma redução no número de funcionários. O patrão falou que precisava mandar embora alguns funcionários por que as vendas tinha diminuído muito. Infelizmente eu fui uma das escolhidas para sair. (SANTOS, 2019)

Apesar de encontrarem na ocupação de frentista de posto de combustíveis a oportunidade de manutenção/inserção no mercado de trabalho esse processo não se dá sem

a transposição de barreiras socioculturais, visto que até pouco tempo essa atividade era desempenhada predominantemente por homens, conforme pode ser visto do depoimento a seguir:

No começo fiquei meio na dúvida, por que imaginei ser um trabalho de homem... conversei com meu marido. Ele disse que quando está desempregado não pode escolher trabalho, tem que topa o que vier. Daí fui chamada. Estou lá a mais de ano, e eu gostando muito. (PEREIRA, 2019)

Esse depoimento mostra que ainda persiste no imaginário dos homens que as mulheres são mais preparadas do que os homens para o exercício de atividades que exigem cuidar de determinada coisa ou de alguém. Isso nos remete à teoria de Suarez (2000) de que, desde a infância, mulheres e homens são socializados para determinados papéis sociais. Assim como considera também Aguiar (1996), dizendo que a mulher é socializada para cumprir a função afetiva, de cuidar da casa, dos filhos e familiares. Já os homens são socializados para cumprir a função instrumental, ou seja, de prover a família de alimentos, vestuários enfim, de todas as necessidades familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a explosão no número de mulheres inseridas no mercado nas últimas décadas é em fruto resultado de conquistas de movimentos sociais organizados, como por exemplo, o movimento feminista. Contudo, não se pode desconsiderar a influência das transformações no mundo no trabalho (reestruturação produtiva) nesse fenômeno. Portanto, a emergência do trabalho feminino mostra-se como uma das faces da precarização e intensificação do trabalho.

As mulheres geralmente têm se alocado nas ocupações em que ocorrem descontinuidades freqüentes, predominando a vulnerabilidade ao desemprego, haja vista a garantia de continuidade de suas ocupações terem relação com as flutuações do mercado em geral e com volume de negócios da economia local. Isso revela uma significativa segregação ocupacional de gênero, em que as mulheres se deparem periodicamente com a ameaça da desocupação diante da instabilidade do emprego. Essa instabilidade pôde ser observada em alguns depoimentos que relataram a alta rotatividade a que estão submetidas as mulheres no mercado de trabalho do Município de Porto Nacional/TO.

Portanto, ainda que as desigualdades de gênero sejam anteriores ao capitalismo, esse sistema de organização produtiva apropria e aprofunda essa desigualdade mediante a consolidação de formas de vida e de inserção do mundo do trabalho que desqualificam e inviabilizam a experiência das mulheres. A superação passa necessariamente pela transposição dessa forma de organização da produção, e por conseguinte da vida social, pautada na apropriação e acumulação da mais valia, na dominação de uma classe sobre a outra, num sistema político e ideológico de individualização, de pauperização e exclusão de grande parte da população das riquezas socialmente produzidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Maria José da Silva. **Entrevista concedida a Eder da Silva Cerqueira**. Porto Nacional, 22 de Setembro de 2019.

AGUIAR, Neuma. **Grupo Doméstico, Gênero e Idade**: análise longitudinal de uma plantação canavieira. Tese de concurso para professora titular apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

ALMEIDA, Adriana Sousa de. **Desemprego e Precarização das condições de trabalho nos países avançados**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.
ALVES, Giovanni. **O novo (é precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo (SP), Boitempo Editorial, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. (orgs). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora da UNESP, cap.1, p: 11-68, 1997.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo, Editora Xamã, 1997.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa M. “Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato da década de 1990”. In: **As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Margaret Maruani & Helena Hirata (Orgs). São Paulo: Editora SENAC, 2003. P. 111-123.

BRUSCHINI, C; ROSEMBERG, F. (1982). “A mulher e o trabalho” In: BRUSCHINI, C; ROSEMBERG, F. (orgs.), **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo, Brasiliense.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

D'ATRI, A. Pan y rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo. Buenos Aires: **Ediciones Las armas de la crítica**, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

FARIAS Glauco & PIRES, Thalita. O Trabalhador ligado 24 horas. **Revista FÓRUM**. Nº 98. Ano 9, (2011).

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1990). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, volume I, tomo 2, 1984.

MOREIRA, R. “As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho”. **Rev. Ciência Geográfica**. (Seção Bauru/AGB), Ano VII- Vol. III nº 20 (2001).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Nobel, 1989.

PEREIRA, Clarice dos Santos, **Entrevista concedida a Eder da Silva Cerqueira**. Porto Nacional, 22 de Setembro de 2019.

SANTOS, Célia de Almeida. **Entrevista concedida a Eder da Silva Cerqueira**. Porto Nacional, 22 de Setembro de 2019.

SCOLESO, Fabiana. “Cidades e tensões: Movimentos sociais urbanos em São Paulo e a retomada dos territórios de luta em tempos de mundialização do capital”. **Projeto História**, São Paulo, v. 60, pp. 221-251, Out-Dez, 2017.

SILVA, Adriana Andrade da. **Entrevista concedida a Eder da Silva Cerqueira**. Porto Nacional, 21 de Setembro de 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SUARÉZ, M. 1997. **Género y derecho**: la mirada de las ciencias sociales. Comunicação apresentada na Conferencia Pan-Americana. Washington College of Law. Nov. 1997

Eder da Silva Cerqueira – Licenciado e Bacharel em Geografia (UFT); Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT).

Recebido para publicação em 26 de setembro de 2019.

Aceito para publicação em 28 de maio de 2020.

Publicado em 01 de junho de 2020.